

Lula critica Ulysses e PMDB não responde

BRASÍLIA — Sem qualquer defesa dos parlamentares do PMDB, a mudança de atitude do Presidente do partido, Ulysses Guimarães, em relação à proposta de "diretas já" foi o mote do discurso de ontem do Presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, em defesa, na Comissão de Sistematização da Constituinte, da emenda popular por eleição para Presidente no ano que vem.

Lula leu para o plenário trechos do discurso de Ulysses na sessão de 24 de abril de 1984 (votação da emenda Dante de Oliveira). Desemprego, miséria, corrupção eram os males apontados por Ulysses, que defendia as diretas como caminho de transformação.

— O povo continua passando fome. Quem não vê é porque se encastelou no poder. O que mudou foi a cabeça do doutor Ulysses, quando passou de líder da oposição a grande monarca do País — disse Lula.

Lula criticou também o Presidente José Sarney, afirmando que sua determinação de cumprir cinco anos de mandato "é uma ditadura", porque "não é normal ficar no poder contra a vontade do povo". Pediu que não fosse um óbice contra as diretas "o medo do Brizola, do Lula ou de qualquer outro", porque um Presidente eleito sempre tem legitimidade. Foi aplaudido pelo plenário ao criticar o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, por ter declarado que o substitutivo de Cabral "não pôde passar como está".

— As Forças Armadas não têm soberania sobre a Constituinte. A Constituinte é quem determina o papel das Forças Armadas.

— A participação popular, o voto proporcional e o sistema monárquico foram temas de outras emendas defendidas na sessão. O sistema monárquico foi defendido por um estudante de Direito de Porto Alegre, Fernando Bolzoni, 18 anos, filiado ao PL. Bolzoni disse que a monarquia é um regime de consenso, imune a golpes de estado, e recomendou aos constituintes que tragam "nosso passado em defesa de nosso futuro". Para o Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, a presença do estudante na Comissão foi uma prova da liberdade e da amplitude dos trabalhos da Constituinte.

As emendas pela participação popular foram defendidas pelo jurista Dalmo Dallari, o Senador José Bisol (PMDB-RS) e o trabalhador José Gomes Pimenta. Elas prevêem a participação de grupos comunitários nas decisões das prefeituras e referendo popular para as leis federais, exceções às orçamentárias e tributárias.

Na defesa da manutenção do sistema proporcional, falou o Vereador João Bosco, Presidente do Conselho Nacional das Associações de Moradores (Conam), que lembrou a opinião de Tancredo Neves contra o voto distrital.

Sarney pede à Aliança que amenize reforma tributária

BRASÍLIA — O Governo ainda não tem uma proposta para alterar substancialmente o capítulo da reforma tributária no anteprojeto da nova Constituição, mas o Presidente José Sarney já pediu aos líderes da Aliança Democrática e a parlamentares que negociem urgentemente a modificação do texto, "caso contrário a situação financeira do País ficará ainda mais crítica".

O Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Frota Netto, afirmou ontem que, além de reduzir a receita da União e aumentar a transferência de recursos para os Estados e municípios, o substitutivo do Deputado Bernardo Cabral não identifica no-

vas fontes de recursos para suprir as demandas. Pelos cálculos do Governo, disse ele, "o aumento dos gastos da União, sem os encargos, será de 110 por cento".

— É preciso haver equilíbrio nas responsabilidades dos governos federal, estaduais e municipais. Se tirarem a receita da União como está na proposta dos constituintes, é preciso que tirem também os encargos. Pelo anteprojeto do Deputado Bernardo Cabral, a Constituição vai agravar uma situação que já é crítica — completou Frota Netto.

O Governo, segundo o Porta-Voz do Planalto, deseja que os constituintes

identifiquem no papel as fontes da receita e os itens da despesa da União, porque eles falam muito em reduzir a receita para aumentar a participação dos Estados e municípios, mas deixam de esclarecer de onde sairão os recursos.

A posição contrária do Governo a essa parte do anteprojeto já foi manifestada pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a um grupo de constituintes. Os Deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e José Serra (PMDB-SP), que trabalharam no capítulo da reforma tributária, estão tendo também papel importante nas negociações desenvolvidas pelas lideranças da Aliança Democrática.